IBGE faz 60 anos e presidente da instituição garante qualidade nas estatísticas brasileiras

Entrevista a Sulamita Esteliam, Jornal *O Povo*, Fortaleza, Economia, 19 de maio, 1996.

O Brasil não tem estatísticas confiáveis. Verdade ou preconceito? O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Simon Schwartzman, garante que não é verdade. Apesar das dificuldades de ordem financeira e estrutural sua avaliação é de que a indústria da informação no País vai bem, obrigado. Guardadas as devidas proporções em relação a centros mais avançados, especialmente os Estados Unidos, ele acredita que o IBGE comemora seus 60 anos com uma folha de serviços sem maiores pecados qualitativos. E as instituições regionais estão se capacitando, ao ponto de já se poder pensar em descentralização.

Esse processo, defende Schwartzman, é fundamental para se atender à crescente demanda por informações no País. Simon Schwartzman é cientista político pela Universidade de São Paulo [[sic] e está coordenando o Encontro Nacional de Produtores e Usuários de In formações Sociais e Políticas que acontecerá no Rio de Janeiro entre os dias 27 e 31 próximos. Do Rio, por telefone, eh concedeu ao O POVO a seguinte entrevista.

O IBGE está fazendo 60 anos e há no Brasil uma certa convicção de as estatísticas, aqui, não são confiáveis. Verdade ou preconceito?

Simon Schwartzman - Não é verdade. Os institutos de pesquisas no Brasil produzem dados bem razoáveis. Mesmo em momentos em que a situação econômico-financeira ruim, o IBGE não deixou de produzir informações básicas como preços, emprego, nível de atividade econômica. E tem aumentado o número de produtos e serviços. Acontece tem crescido, também, a demanda por informação. O que leva à necessidade de descentralizar nacionalmente. O IBGE sozinho não é mais capaz de atender à demanda.

OP - As instituições regionais estão capacitadas para dividir essa tarefa o IBGE, com nível razoável de confiança?

SS - As instituições regionais estão se capacitando — umas mais, outras menos. O IBGE tem todo o interesse em ajudar tecnicamente, em fornecer e acompanhar metodologias. Agora, é preciso que os governos dos estados se conscientizem da importância de equipar os institutos de pesquisa em termos orçamentários e de infraestrutura.

OP - O senhor diria que o produto brasileiro hoje é comparável, em os qualitativos e/ou quantitativas, que se faz nos Estados Unidos, por exemplo, que tem mania de pesquisa?

SS -Comparar com os Estados Unidos seria muita pretensão - muito mais em termos quantitativos. Em matéria de qualidade nem tanto. Ocorre que as pesquisas norte-americanas têm mais complexidade. São várias instituições trabalhando um produto específico-— uma cuida do censo, outra da agricultura, outra da geodésia. E o orçamento é 'n' vezes maior.

OP - O IBGE tem problemas de recursos?

SS - No passado recente tivemos problemas de dinheiro. Hoje temos problemas de recursos humanos.

OP -Qual ê o orçamento do IBGE para 96? E qual o quadro de pessoal?

SS - Cerca de R$ 300 milhões e 10 mil funcionários.

OP - E isso é pouco?

SS - Em termos numéricos e de valores é bastante razoável. O problema é a rigidez orçamentaria e administrativa. Ele é amarrado. O IBGE não pode fazer política salarial, porque isso é atribuição do Ministério da Administração, da mesma forma não pode demitir nem contratar de acordo com suas necessidades. As compras, também, são orientadas de fora para dentro peia Seplan. O processo de licitação leva tempo e está sujeito à impugnação. Era tempos de economia estabilizada, como agora, esse problema é menor, mas quando a inflação era alta chegava a ser dramático. O orçamento ia pelo ralo da burocracia.

OP - O que poderia ser feito para agilizar? Acabar como controle?

SS - Não me queixo pelo controle, em si. O IBGE é uma fundação pública e tem que prestar contas ao governo, à sociedade. O problema é que esse controle é meramente formal. A Sisete (secretaria da Seplan encarregada de coordenar órgãos como o IBGE) não tem competência para acompanhar nosso trabalho. Não há controle de qualidade e de resultado. Esse Encontro, no Rio, é também para colocar essas questões na mesa e buscar caminhos para melhorar a eficiência do trabalho e dos resultados.

OP - Voltando aos produtos. A PNAD, que é uma referência importante para análise e políticas sociais, deixou de ser feita em 1994. Ela não tem uma periodicidade?

SS - A PNAD é feita todos os anos, exceto quando há censo. É uma referência social — mede trabalho, emprego, educação, renda familiar. São pesquisados 100 mil domicílios em todo o Pais. Tivemos problemas em 94 e ela deixou de ser feita. Agora estamos tabulando 95. O resultado fica pronto no início do segundo semestre, talvez um pouco antes.

OP - A falta de periodicidade não prejudica a avaliação do quadro social e a definição de políticas?

SS - Nesse caso não, um ano é um período muito curto para produzir transformações significativas. Estamos, inclusive, discutindo a possibilidade de modificar a periodicidade da PNAD: ao invés de todo ano, de dois em dois anos.

OP - Como se explicam as diferenças, por exemplo, nos indicadores do nível de emprego e de desemprego apontados pelo IBGE e pelo Dieese? Em 95 a taxa de desemprego do IBGE ficou pouco acima de 5%, o Dieese encontrou 10%, quase o dobro...

SS - Há uma verdadeira gritaria a esse respeito. Mas tem-se que olhar a metodologia utilizada pelo IBGE que é a recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O pesquisador pergunta se na semana passada a pessoa ganhou algum dinheiro com trabalho. Depois, pergunta se trabalho é formal ou informal e, d pois, se está procurando emprego. Mulher que está há cinco anos e casa não está necessariamente desempregada.

OP - Quer dizer que, para o IBGE quem ganhou algum trocado fazendo bico não é desempregado?

SS - Não é desempregado também aquele que está no mercado informal de trabalho.

OP - Mas isso não é uma deturpação? O cara perdeu o emprego huns dois, seis meses, faz bico pai sobreviver, mas continua desempregado. É assim que ele se sente.

SS - Não podemos pesquisar o que está na cabeça das pessoas. Temos consciência do drama do desemprego, mas temos que seguir uma metodologia. A do IBGE, repito, é a recomendada pela OIT. O Dieese, não sei qual metodologia usa. Sei que se pergunta, primeiro, se procurou emprego, depois se ganhou algum dinheiro.

OP - Não há como unificar essas metodologias?

SS - O Ministério do Trabalho - que é de onde os recursos para este tipo de pesquisa saem — está preocupado com essas diferenças. E estamos produzindo um estudo no sentido não de unificar a metodologia das pesquisas, mas de tomá-las comparáveis.

OP -O Sine, ligado ao Ministério do Trabalho, usa metodologia semelhante à do Dieese, na sua pesquisa quis a mensal de emprego...

SS - Não conheço a pesquisa do Sine.